

## Reflexões sobre a construção da Nação em Cabo Verde

**João Paulo Madeira**  
*Universidade de Cabo Verde*  
*joao.madeira@docente.unicv.edu.cv*

### Resumo

A construção da Nação cabo-verdiana decorreu de processos históricos, de movimentos culturais e da formação de uma consciência nacional. Este estudo revela-se importante quando analisado à luz da existência de um Estado e de uma Nação, sendo aquele uma criação recente. Se, por um lado, após o povoamento das ilhas do arquipélago já se arquitetava uma identidade ainda que de forma incipiente, por outro, esta permitiu, ao longo do tempo, a construção de uma Nação que se encontra ativamente em processo de consolidação. Procura-se analisar o debate que se tem verificado desde os finais do século XIX até à atualidade, onde se demarcam novas práticas e estruturas que explicam o processo de construção da Nação em Cabo Verde.

**Palavras-chaves:** Cabo Verde; Nação; Identidade; Elite Intelectual.

### Abstract

The construction of the Cape Verdean Nation developed from historical processes, cultural movements and the formation of a national consciousness. This study proves to be important when analyzed at the light of the existence of a State and a nation, being the first a recent creation. If, on the one hand, after the settlement of the islands of the archipelago it has already being planned an identity even in an incipient way, on the other, this has allowed, over time, the building of a nation in an active process of consolidation. The study aims to analyze the debate that has been verified since the late 19th century to the present, where new practices and structures are marked, and explain the process of nation-building in Cape Verde.

**Key-words:** Cape Verde; Nation; Identity, Intellectual Elite.

## Diferentes concepções de nação

Revela-se fundamental analisar a noção de Nação de forma a descobrir perspectivas teóricas sobre esta problemática, sobretudo no contexto cabo-verdiano. Nação pode ser caracterizada como um conceito operacional, visto que permite organizar a “realidade observável” adaptando-se às necessidades do objeto de estudo (Moreira, 2009). Etimologicamente, Nação deve a sua origem ao vocábulo latino *natione* e exprime ideias como nascimento, raça, espécie, tipo e tribo, entre outros (Machado, 1976). Trata-se de um conceito que geralmente é apresentado numa concepção objetivista que depende de fatores como a língua, a raça ou a geografia e/ou subjetivista, que se caracteriza por ser uma criação espiritual (Maltez, 1991).

A concepção objetivista é tributária de autores entre os quais se destacam Arthur de Gobineau, Otto Ammon, Houston Stewart Chamberlain e, em especial, Johann Gottlieb Fichte, cuja obra *Discurso à Nação Alemã* apresentada em 1808, se centra na ideia de que a Nação pressupõe a ligação de uma comunidade de laços, que falam uma mesma língua e que se compreendem entre si, ou que, tendencialmente, através da língua, se poderão compreender de forma mais clara, pois a pertença ou não a uma dada Nação (Lara, 2011). Uma outra contribuição deve-se a Johann Gottfried Von Herder, que é da opinião que, para se compreender a Nação é preciso também assimilar a particularidade que cada cultura manifesta numa determinada época. Cada contexto social deve ser compreendido através dos seus valores

que são considerados únicos. Na sua ótica, os seres humanos dependem da interação dos vários contextos sociais, culturais e históricos, sendo neste processo que o indivíduo forma a sua identidade, envolvido num espaço cultural que só será compreendido em termos dos seus costumes e tradições (VonHerder, 2002).

Na concepção subjetivista, destaca-se Ernest Renan que considera que a Nação é uma alma, um princípio espiritual, ou seja, duas coisas, que na verdade são apenas uma. Dizem respeito ao passado e ao presente. A alma manifesta-se com a posse em comum de um legado histórico e o princípio espiritual caracteriza-se pelo consentimento atual e pela vontade de perpetuar o valor da herança que tenha recebido (Bure, 1945). Max Weber (1946) é um dos autores que também contribuiu para o aprofundamento desta concepção considerando a Nação como uma comunidade de sentimentos que geralmente tende a produzir um Estado, ou seja, uma Nação organizada e estruturada que reproduz este tipo específico de organização e que se baseia numa realidade emocional e sentimental que não tem somente origem do ponto de vista económico. É importante aqui realçar que o conceito de Nação, trate-se de forma objetiva ou subjetiva, não se deve sobrepor uma à outra, numa relação hierárquica, mas, sim, situar-se num contexto específico do ponto de vista histórico e sociológico.

As Nações formam-se de um modo particular, cada uma apresentando as suas narrativas históricas, consideradas únicas e irrepetíveis e que convergem em termos objetivos e subjetivos. Para Graça (2005: 23), a Nação caracteriza-se como “o tipo

ideal de um sistema de relações sociais caracterizado pela convergência de fatores objetivos e subjetivos que estruturam e dinamizam uma situação de homogeneidade, ainda que parcial, assente na identidade cultural e na consciência nacional”. Contudo, existem objeções a este ponto de vista, sobretudo de autores entre os quais, Anderson (1983; 1989), Gellner (1983; 1997), Hobsbawm (1990) e Hrosh (2000) que defendem que as Nações só passaram a existir com a adoção de um Estado num dado território e que surgiram com o aparecimento dos nacionalismos a partir dos finais do século XVIII.

Gellner (1983; 1997) defende que as Nações são produtos do nacionalismo e não o contrário. Neste sentido, o nacionalismo deve ser visto fundamentalmente como um fenómeno resultante da História Moderna, traduzindo-se num processo mais ou menos consciente, que tem as suas origens e se desenvolve na Europa do Pós-Renascimento. Hobsbawm (1990) subscreve a visão de Gellner, considerando que a Nação não constitui uma comunidade originária e imutável, mas que pertence exclusivamente a um período histórico recente. A Nação é uma “entidade social” e encontra-se relacionada com uma certa forma de Estado territorial moderno, isto é, a um Estado-Nação. Desta forma, “o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto” (Hobsbawm, 1990: 19). Por outro lado, Anderson (1983), considera a Nação como uma comunidade política imaginada, o que é algo de moderno, tendo surgido a partir da revolução norte-americana de 1775 a 1783. Ela é imaginada no sentido em que “nem

mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria dos seus compatriotas, não os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem da sua comunhão” (Anderson, 1989: 14). Hroch (2000), por sua vez, refuta a ideia de Nação na antiguidade e na idade média, visto considerar que esta não era objeto de uma investigação aprofundada. Na sua opinião, a ideia de Nação surgiu apenas a partir do século XVIII, sobretudo nos debates sobre a Nação e o Estado.

### **Do processo de construção da nação em áfrica ao consequente debate em Cabo Verde**

Dada a complexidade dos fenómenos culturais e sociais que se verificam no continente africano, a discussão acerca da Nação assume contornos específicos. A presença do poder colonial permitiu reestabelecer antes das independências formais, sobretudo a partir da década de sessenta do século passado, um modelo de organização administrativa que contou, por um lado, com o legado colonial e, por outro, com a herança africana (Cahen, 2005). Graça (1997) salienta que o legado colonial é constituído por diversos elementos fundamentais, entre os quais, a configuração geo-histórica que decorreu diretamente da partilha da África pelos Estados europeus; o Estado moderno, que é considerado como um elemento extraafricano transplantado para o continente pela colonização europeia e a plurinacionalização da língua portuguesa, que se traduz na modelação da língua enquanto veículo de comunicação e de unidade no conjunto das culturas plurais. A

herança africana é constituída por três elementos, a saber: a complexidade sociocultural, na qual se verifica a situação de multiculturalismo e da sua interação, tendo em vista a convergência para uma cultura nacional; a atitude anticolonial que se encontra na origem do movimento de consciência nacionalista e, por último, a “africanidade” como um conceito da identidade cultural exclusivamente africana.

A maioria dos Estados africanos formou-se num contexto de fragilidade ao longo da sua história, resultante da coabitação entre as elites políticas e culturais “ocidentalizadas” e as elites tradicionais (Venâncio, 2005). Neste sentido, questiona-se se foi o Estado que antecedeu a Nação ou se se tratou de um processo inverso. Para Léopold Senghor, o que aconteceu em África é diferente daquilo que se verificou nos países europeus, isto é, o Estado precede a Nação (Cahen, 2005), pois, é possível observar que é o Estado que tem vindo a promover a formação da Nação e a estruturação de uma “cultura nacional” (Graça, 2005).

No caso de Cabo Verde constata-se que desde os finais do século do século XIX, sobretudo a partir da geração dos *Nativistas*, tem-se verificado um amplo debate sobre o processo da formação da identidade e da construção da Nação. Os *Nativistas* procuram, por um lado, incutir no homem cabo-verdiano a consciencialização da sua identidade, destacando um conjunto de características culturais que o identifica como elemento pertencente a uma Nação e, por outro, identificar a cultura como apropriação de um grupo criado e recriado pela ação e interação social, transmitida como parte do património comum (França, 1998; Cordeiro, 2011;

Laranjeira, 1995). Contudo, para esta geração os homens das ilhas de Cabo Verde deveriam lutar pela sua autonomia e procurar que a metrópole os reconhecesse como portugueses de plenos direitos e deveres (Pereira, 1986; Brito-Semedo, 2006; Oliveira, 1998).

Na década de trinta do século passado, surge a geração dos *Claridosos*, por influência da Revista *Claridade* fundada em 1936 na ilha de São Vicente. Esta geração procurou evidenciar na identidade cabo-verdiana os resíduos culturais europeus e, desta forma, reivindicar o estatuto de adjacência, ou seja, que Cabo Verde é tão Portugal como outras regiões nos trópicos e como o Minho e o Algarve e partilha dos mesmos elementos culturais e valores (Silveira, 1963; Fernandes, 2006; Sousa, 1993). Pois, de facto o regionalismo constituiria “uma condição de unidade e de ordem para o nosso núcleo particular e uma exigência dos superiores interesses da Nação” (Lopes, 1931: 6).

A partir da década de cinquenta do século XX surge a geração dos *Nacionalistas* que apresenta uma outra abordagem sobre a identidade e a Nação cabo-verdiana. Para esta geração era necessária uma nova orientação política, assumindo a ideia de uma “cultura mestiça”, reorientada para uma maior aproximação à África (Andrade, 1976). A defesa da raiz africana e o profundo laço que une este continente aos cabo-verdianos passam a constituir a conceção central desta geração, a ponto de a caracterizarem como o movimento para a “reafricanização dos espíritos” (Cabral, 1999; Fernandes, 2006; Venâncio, 2009).

Atualmente, um número significativo de investigadores, entre os quais, Almada (1997), Anjos (2002), Barros (2014), Brito-Semedo (2006), Fernandes (2006) e Furtado (2012) têm vindo a debruçar-se sobre esta temática. Almada (1997) reconhece a importância dos aspetos históricos, culturais e políticos na construção da Nação, considerando que a relação entre as instituições permite a tal coesão nacional. O autor é da opinião de que os cabo-verdianos são portadores de uma identidade comum na sua essência e homogénea nos seus traços essenciais. Anjos (2002), por sua vez, defende que, na multiplicidade das etnias presentes no povoamento do arquipélago de Cabo Verde, a sua conseqüente diluição teria dado origem a uma nova sociedade e a uma nova cultura, a cabo-verdiana. Para o autor é preciso ter uma posição crítica na reinterpretação dos discursos apresentados pelas elites a respeito do processo da formação da identidade e da construção da Nação, que segue um conjunto de narrativas que servem aos interesses das elites culturais.

Barros (2014) centra a sua análise na produção discursiva dos imaginários acerca da pertença de Cabo Verde entre a ideia de África e Europa e da respetiva utilização de estratégias retóricas de apropriação política da história na construção desses imaginários político-discursivos. Brito-Semedo (2006) centra-se na investigação da imprensa nacional, analisando de forma particular a produção discursivo-literária de cada geração de intelectuais. O processo da construção da identidade e da Nação cabo-verdiana encontra-se intrinsecamente associado às características sociais e políticas das diferentes épocas, pois considera que, de facto, o povo cabo-verdiano é

o resultado da convergência entre os diferentes contingentes populacionais, nomeadamente europeus e africanos.

Na concepção de Fernandes (2006) as perspetivas sobre a Nação caracterizam as formas como as elites intelectuais pensaram e idealizaram Cabo Verde em épocas distintas, fazendo uso de elementos e mecanismos que se configuram na relação com o poder político. O autor procura demonstrar que a Nação é um constructo histórico onde as diferentes gerações de intelectuais procuraram produzir argumentos que sustentassem as suas teses, apesar de se verificar uma acentuada ambivalência discursiva. Furtado (2012) considera que a construção teórico-discursiva dos principais intelectuais não fez *jus* à verdadeira concepção da Nação cabo-verdiana, uma vez que a elite intelectual adotou uma perspetiva ambivalente. Esta situação agrava-se quando se verifica que a maior parte da elite foi instrumentalizada na própria colonização portuguesa.

Centrando-se nas diferentes perspetivas analisadas, considera-se que a ideia de Nação em Cabo Verde surge, ao contrário da maioria das Nações africanas, séculos antes do Estado independente. A pré-existência da Nação em Cabo Verde acabou por reivindicar a criação do próprio Estado (Pereira, 2011).

De facto, desde muito cedo, emergiu nas ilhas uma comunidade homogénea, moldada numa cultura específica (Furtado, 2001). Muito antes da independência já existia uma Nação em Cabo Verde, mais ou menos sólida com “critérios de identidade próprios, designadamente a língua, o modo de ser e de estar, as tradições e a cultura” (Fonseca, 2012: 47). Cabo Verde

constituiu um exemplo no contexto africano, onde a Nação precedeu o Estado (Góis, 2006). Forjada em condições materiais e sociais precárias, a Nação cabo-verdiana esperou cerca de dois séculos para ser Estado, o que só ocorreu em 1975 (Silveira, 2005).

Apercebendo-se das unidades distintas daquilo que o rodeia, em relação às suas anteriores vivências, o cabo-verdiano foi incorporando a noção de Nação, revendo-se de forma particular num conjunto de manifestações culturais com expressão

na língua, música, gastronomia, casamento, religiosidade, rituais de nascimento e de morte, que acabaram por se repercutir no seu modo de estar, sentir e pensar. Foi a partir dessa descoberta que o cabo-verdiano encarou de forma consciente a sua condição de ilhéu, que resultou na conjugação de especificidades regionais, permitindo autonomizar-se e valorizar-se.

## Referências bibliográficas

Almada, J. L. H. (1997). Homogeneidade e heterogeneidade da caboverdianidade. *Fragmentos: Revista de Letras, Artes e Cultura*, 11/15, 28-37.

Anderson, B. (1983). *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. #Londres: Verso.

Anderson, B. (1989). *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática.

Andrade, M. P. (1976). Amílcar Cabral e a Reafricanização dos Espíritos: um depoimento de Mário Pinto de Andrade. *No Pintcha*, II, 225, 8-9.

Anjos, J. C. G. (2002). *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: Lutas de Definição da Identidade Nacional*. Porto Alegre/Praia: UFRGS/IFCH e INIPC.

Barros, V. (2014). Cabo Verde e o Mito de Vocação Atlântica: Entre a Apropriação Política da História e a Ideologia do Dom Identitário. In J. P. Delgado; O. B. Varela & S. Costa (Orgs.) *As Relações Exteriores de Cabo Verde: (Re)Leitura contemporâneas* (pp. 133-159). Praia: Editora ISCJS.

Brito-Semedo, M. (2006). *A Construção da Identidade Nacional: Análise da imprensa entre 1877 e 1975*. Praia: IBNL.

Bure, E. (1945). *Ernest Renan et l'Allemagne. Textes recueillis et commentés*. New York: Brentano's.

Cabral, A. (1999). *Nacionalismo e Cultura*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.

Cahen, M. (2005). *Luta de Emancipação Anti-colonial ou Movimento de Libertação Nacional? Processo Histórico e Discurso Ideológico: O caso das*

Colónias Portuguesas e de Moçambique em particular. *Africa Studia*, 8, 39-67.

Cordeiro, A. (2011). “Nós, Caboverdianos”: a representação da identidade nos textos literários do século XIX. In M. G. Ribeiro & S. R. Jorge (Orgs.). *Literaturas Insulares: Leituras e Escritas – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe* (pp. 33-61). Porto: Afrontamento.

Fernandes, G. (2006). *Em Busca da Nação: Notas para uma Interpretação do Cabo Verde Crioulo*. Praia/Florianópolis: IBNL/ UFSC.

Fonseca, J. C. (2012). Erigir o Futuro do País. In *Revista Nós Genti*, 4, 44-59.

França, A. (1998). O nascimento e o reconhecimento de uma literatura em prosa. In M. Veiga (Coord.). *Cabo Verde: Insularidade e Literatura* (pp. 115-125). Paris: Editions Karthala.

Furtado, C. (2012). Raça, Classe e Etnia nos Estudos sobre e em Cabo Verde: As Marcas do Silêncio. *Afro-Ásia*, 45, 143-171.

Furtado, C. (2001). A participação da Sociedade Civil na Consolidação da Independência. *Cultura: Revista de Estudos Caboverdianos, Numero Especial*, 39-47.

Gellner, E. (1983). *Nations and Nationalism*. Oxford: Blackwell Publishers.

Gellner, E. (1997). *Nationalism*. Londres: Phoenix.

Góis, P. (2006). *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: ACIME.

Graça, P. B. (2005). *A Construção da Nação em África*. Coimbra: Almedina.

Graça, P. B. (1997). Fundamentos Culturais dos Países Africanos Lusófonos: O Legado Colonial. *Africana*, 18, 59-79.

Hobsbawm, E. (1990). *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Hrosh, M. (2000). Do Movimento Nacional à Nação Plenamente Formada: O Processo de Construção Nacional da Europa. In G. Balakrishnan (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional* (pp. 85-107). Rio de Janeiro: Contraponto.

Lara, A. S. (2011). *Ciência Política: Estudo de Ordem e da Subversão*. Lisboa: ISCSP.

Laranjeira, J. L. P. (1995). *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

Machado, J. P. (1976). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Confluência.

Maltez, J. A. (1991). *Ensaio sobre o Problema do Estado. Tomo I – A Procura*

da República Maior. Lisboa: ISCSP.

Moreira, A. (2009). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.

Pereira, C. L. (1986). *A Voz de Cabo Verde. África: Literatura, Arte, Cultura*, 2, 14, 27-44.

Pereira, D. A. (2011). *Das Relações Históricas Cabo Verde-Brasil*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.

Oliveira, J. N. (1998). *A Imprensa Cabo-verdiana 1820-1975*. Macau: Fundação Macau.

Silva, B. L. (1931). *Regionalismo e Nativismo*. *Noticias de Cabo Verde*, 1, 6.

Silveira, O. (2005). *A Democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Colibri.

Silveira, O. (1963). *Consciencialização na Literatura Caboverdiana*. Lisboa: CEI.

Sousa, H. T. (1993). *Da Claridade à Clarividência*. *A Semana*, III,125, 2-3.

Venâncio, J. C. (2009). *O Fato Africano: Elementos para uma Sociologia da África*. Recife: Fundação JNM.

Venâncio, J. C. (2005). *A Dominação Colonial: Protagonismos e Heranças*. Lisboa: Estampa.

Von Herder, J. G. (2002). *Philosophical Writings*. New York: Cambridge University Press.

Weber, M. (1946). *The Nation*. In H. H. Gerth & C. Wright Mills (Eds.). *From Max Weber, Essay in Sociology*, (pp.171-194). New York: Oxford University Press.